



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: [imprensa@sed.sc.gov.br](mailto:imprensa@sed.sc.gov.br); Contato: 3221 6161**

# **CLIPPING**

# **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

**16/03/2012**



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Moacir Pereira	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Um decisão sensata	<b>Pág:</b> 3

## Uma decisão sensata

Os professores da rede estadual de ensino conquistaram mais respeito e mais admiração dos catarinenses com esta sensata decisão de aprovar “indicativo de greve”, sem paralisação já. Mantêm as atividades do calendário escolar, as aulas prosseguirão sem sobressaltos e os pais não terão os conhecidos transtornos com os filhos sem nada para fazer em casa.

E, o mais importante: a deliberação abre um importante canal de negociação entre o Sinte e o governo estadual. Havendo boa vontade e sensibilidade de ambos os lados, o mínimo que se pode esperar é algum avanço concreto em relação à principal reivindicação: a descompressão da tabela salarial.

Os professores realizaram uma assembleia prestigiada e uma passeata tranquila. A única exceção ficou com o demagógico e impertinente discurso do deputado Sargento Soares, incitando o plenário para “greve já”. A assembleia reuniu mais de 4 mil pessoas, segundo o Sinte, número que se repetiu na manifestação pelas ruas de Florianópolis.

No comparativo, foram duas reuniões com características distintas. Na primeira, dia 11 de maio de 2011, o clima era de incontida empolgação, vibrante participação e muita disposição para a luta. O governo negava o pagamento do piso como vencimento. O professor catarinense é legalista. Defendia o cumprimento da lei federal, ignorada pelo governo há mais de dois anos. A assembleia decidindo pela greve e a motivada passeata viraram duas festas do magistério. Todos acreditavam na bandeira da legalidade do piso. Tinham o respaldo integral da população, como se viu depois, durante os 62 dias de paralisação.

Na assembleia de ontem ninguém falava de piso. O ambiente era de frustração pelo achatamento da tabela. Mas, também, de renovação de esperanças para melhorar a situação dos professores especialistas e com mais tempo de serviço.

Se alguma pesquisa fosse feita hoje com a população catarinense, o resultado seria de aplauso ao magistério pela maturidade das decisões.

## AVANÇOS

Equivocam-se os professores que se sentem derrotados com a greve de 2011. Muito ao contrário. Há conquistas a registrar, como o pagamento do piso, o reajuste do vale-alimentação, o fim da terceirização da merenda, o compromisso do concurso público, a anistia aos punidos por greves anteriores, etc.

Nova assembleia está marcada para o dia 17 de abril. O principal item na pauta é a descompressão da tabela. Legítima e inadiável. O governo está desafiado a oferecer alguma nova contrapartida capaz de melhorar a carreira. Em primeiro lugar, conferindo a destinação real dos recursos do Fundeb. Se os inativos estão incluídos, como diz o TCE, já terá sobras para avançar. Caso contrário, poderá contar com o auxílio federal prometido pelo ministro Aloizio Mercadante. Serão, portanto, duas discussões distintas.

O governador Raimundo Colombo tem sobre sua mesa na Agrônômica uma tabela indicando que de janeiro de 2011 a maio de 2012, o reajuste dos salários dos professores terá variado entre 34,30% e 73,70%.

Convenhamos: R\$ 1.451 para piso de professor é ainda um salário muito baixo. Menor, por exemplo, do que um servente da construção civil, profissional sem qualificação acadêmica. Mas o aumento de 94% para quem ganha o piso faz uma diferença nada desprezível, se for considerado o período de apenas um ano. A mesma defasagem aplica-se aos professores com mestrado e doutorado, hoje com vencimentos incompatíveis com a formação.

Se o governo recuperar estas perdas este ano não haverá greve na educação.



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Geral	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Professores decidem negociar	<b>Pág:</b> 20

## NA SALA DE AULA

# Professores decidem negociar

Categoria levará, hoje, proposta ao governo e irá aguardar até 17 abril para fazer assembleia e definir se entrará em greve

GABRIELLE BITTELBRUN

Em assembleia em Florianópolis, ontem, os professores da rede estadual decidiram manter o indicativo de greve. Depois de um dia sem aulas, as escolas retomam as atividades hoje.

A categoria discorda da proposta apresentada pelo governo na quarta-feira. Nela, o governo se compromete a pagar o piso nacional de R\$ 1.451 para os docentes que ainda não recebiam este valor no salário-base. Os professores consideram que a medida representa um achatamento da tabela, mas deram um prazo de

30 dias para manter negociações com o governo. Caso não haja a extensão do reajuste de 22,22% para toda a carreira, os professores pretendem votar o retorno à greve no dia 17 de abril, quando deve haver uma nova assembleia estadual.

Hoje, os professores devem apresentar um documento à Secretaria de Estado da Educação em que, além do reajuste na carreira, pedem pela realização de concurso público para a contratação de mais professores.

À assembleia que lotou o Centro-Sul, compareceram representantes de todas as 30 regionais, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). A principal rei-

vindicação era o reajuste imediato do aumento para todos os professores, incluindo aqueles com especialização e com mais experiência.

– Se deixarem para reajustar em 2013, ficará para o ano seguinte, e vai ficando uma bola de neve – disse a professora de Joinville, Gizele de Castro Barros.

Apesar de o governo alegar que o impacto no orçamento anual para a educação seria grande com o repasse do aumento a todos os docentes, os professores acham que seria possível atender aos pedidos da categoria.

– O governo federal disse que ajudaria os estados que não tivessem condição de pagar, mas o governo de

SC não pediu essa ajuda. Então, tem dinheiro para pagar – afirmou o professor Edílio Olm, de São José.

De acordo com o Sinte, o governo não está cumprindo com a promessa de recompor os salários, mantendo as diferenças entre os níveis. Mesmo assim, a maior parte dos docentes defendeu a abertura das negociações até o dia 27 de março, quando começarão as assembleias regionais. A secretária-geral do Sinte, Anna Julia Rodrigues, reforçou que o objetivo é a valorização da categoria. Após a reunião, os professores saíram em passeata pelas ruas centrais da Capital

[gabrielle.bittelbrun@diario.com.br](mailto:gabrielle.bittelbrun@diario.com.br)



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Geral	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Governo reconhece achatamento	<b>Pág:</b> 20

# Governo reconhece achatamento

A Secretaria de Estado da Educação informou que pretende receber a proposta que o Sinte encaminhará e iniciar as negociações.

O responsável pela pasta, Eduardo Deschamps, destacou que tem a intenção de entrar em um acordo com a categoria para garantir a manutenção das aulas no Estado.

O secretário reconhece o achatamento no plano de carreira do magistério, mas afirma que o governo

estadual não tem como pagar mais para os professores no momento.

– O que foi solicitado, o governo já se comprometeu. Agora, o ponto reside na questão de prazos. Estamos dispostos a construir uma proposta com a categoria – disse Deschamps.

O secretário da Educação sinalizou que a decisão, na assembleia de ontem, pela continuidade das conversas entre os docentes e o governo será considerada na mesa de negociações.

– Estamos conseguindo manter um diálogo sem radicalização. É importante este posicionamento de negociar. O governo vai respeitar isso e fazer o possível para chegar a um acordo. Continuaremos abertos ao diálogo sempre – afirmou.

O reajuste de 22,22% a todos os docentes significaria um aumento de R\$ 442 milhões a mais por ano, levando em conta o 13º salário.

O secretário não descarta a pos-

sibilidade de reivindicar auxílio do governo federal no pagamento dos docentes. Deschamps explicou que o conselho das secretarias estaduais propôs uma reunião para tratar do tema com o ministro da Educação Aloizio Mercadante no dia 22 de março. Por enquanto, se aguarda a resposta do ministério. Neste encontro, os secretários devem discutir a participação do governo federal no cumprimento da lei nacional do piso.



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Geral	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Capital é sempre o palco de pressão	<b>Pág:</b> 21

# Capital é sempre o palco de pressão

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

A decisão do magistério, ontem, foi uma saída para ganhar tempo para negociações e pressionar o governo a apresentar uma outra alternativa. Caso haja uma contraproposta salarial, ela será levada para a análise das assembleias regionais.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) tem 30 regionais e cada uma faz uma votação, para dizer o que foi apresentado será aceito ou não. Ainda que a maioria aprove a contraproposta, a decisão final sai da assembleia estadual, que pode rejeitar o texto do governo.

Na paralisação do ano passado, que durou 62 dias, uma situação parecida aconteceu. Das 30 assembleias regionais, feitas em dois dias, 17 votaram pelo fim da paralisação.

O resultado foi contrariado na assembleia estadual feita em Florianópolis. Nela, a maioria dos professores presentes optou pela continuação do movimento sem a volta às aulas.

Na ocasião ficou clara a diferença entre as regiões. Enquanto Oeste, Meio-Oeste, Planalto e Vale do Itajaí pediram o fim da greve, Florianópolis, Litoral Norte e Sul, região Sul e Norte quiseram continuar. Como a assembleia estadual é sempre organizada na Capital, venceu a vontade da



No ano passado, depois de 62 dias, na hora de decidir os rumos da greve, a base e a direção não se entendiam

minorias. A escolha de Florianópolis é justificada pela coordenadoria do Sinte por ser sede do governo. Além disso, é Capital, e permite maior visibilidade do movimento.

– É aqui também onde fica a Secretaria de Estado da Educação, dessa maneira podemos mostrar o resultado da assembleia diretamente ao se-

cretário da Educação. Se fizermos no interior, levaríamos a um secretário regional, então seria a mesma coisa que falar com nós mesmos – esclareceu Anna Júlia Rodrigues, secretária-geral do sindicato.

Com os dois meses de greve do ano passado, a própria coordenadoria do Sinte saiu do movimento com

a imagem arranhada.

Nos últimos encontros estaduais como o penúltimo, que ocorreu no início de julho, muitos pediram por mudanças de nomes na diretoria do sindicato, já que não se viam representados por esta gestão.



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Geral	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Professores municipais São José protesto contra violência da polícia.	<b>Pág:</b> 23



Cartaz na escola de São José

CONTRA VIOLÊNCIA

## Professores protestam por incidente

São José

O Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, em São José, fez uma paralisação ontem contra uma suposta agressão de policiais militares a integrantes do Sindicato dos Servidores Municipais de São José (Sintram).

Cartazes colados nas portas do colégio justificavam o ato “em repúdio à violência da PM contra diretores do sindicato”.

O confronto com a polícia, que gerou a paralisação na instituição de ensino, aconteceu no fim da tarde de ontem, durante um protesto dos professores no Bairro Kobrasol, em São José. Dirigentes do Sintram acabaram detidos e encaminhados à Delegacia de Polícia Civil.

Segundo a presidente do Sintram, Jumeri Zanetti, a confusão aconteceu ontem, no início da passeata pela Avenida Lédio João Martins.

De acordo com ela, um policial militar teria apreendido o carro de som, discutiu com o grupo e os teria ameaçado com uma arma.

Mesmo assim, o protesto continuou até a prefeitura. Lá, manifestantes foram detidos por desacato, inclusive a presidente do Sintram.

– Um dos policiais deu um tapa no rosto de um dos dirigentes. Foi quando começou o tumulto – contou o presidente do Sintram.

Segundo o comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Paulo Romualdo Weiss, um policial tentava convencer os manifestantes a abrirem espaço para o trânsito quando começou a confusão na avenida. O comandante disse ainda que um dos sindicalistas tentou atropelar o policial.

– Houve agressão mútua e eles (os sindicalistas) foram detidos por desacato – afirmou o comandante.

Os servidores municipais protestaram contra a antecipação da data-base da categoria, que este ano será até dia 10 de abril.

Além disso, reivindicaram a implantação da hora-atividade segundo a lei do piso nacional do magistério, entre outros pontos.



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Geral	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	UFSC - Colégio de aplicação terá vagas em todas as séries	<b>Pág:</b> 24

# PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

## Colégio de Aplicação terá vagas em todas as séries

Instituição de ensino cumpre Termo de Ajustamento de Conduta firmado com Ministério Público

ALINE RÉBEQUI

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) abrirá, em novembro, a lista de espera para vagas em todas as séries destinadas aos alunos com deficiência física.

A decisão é resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado com Ministério Público Federal (MPF) em 2010 e que vinha sendo descumprido. Segundo o procurador Regional dos Direitos do Cidadão do MPF, Maurício Pessutto, o colégio não cumpriu com o acordo ao abrir apenas uma lista de espera geral sem levar em consideração os candidatos especiais. A unidade

também deve reservar 5% das vagas em todas as séries da instituição para crianças e adolescentes com deficiências físicas, o que não vinha ocorrendo.

– Atualmente, há reserva somente para a primeira série do ensino fundamental e não para todas como havíamos firmado. Por isso, propomos uma ação de execução de sentença para que o termo seja cumprido – explica Pessutto.

Além da reserva de vagas e lista de espera especial, o MPF também determinou à instituição a elaboração de um projeto pedagógico para atender aos alunos com deficiência de maneira mais adequada.

Além disso, exige uma arquitetura mais adequada, para tornar os espaços internos e externos do colégio

acessíveis aos estudantes cadeirantes.

Em caso de descumprimento das obrigações previstas, a decisão do ministério fixou multa diária no valor de R\$ 500.

Segundo o diretor do Colégio Aplicação, Romeu Augusto Bezerra, a instituição pretende seguir as exigências do MPF já na próxima convocação de alunos, que ocorre em novembro deste ano e determina as vagas do ano letivo de 2013.

– Não reservamos os 5% em todas as séries antes porque não havia ficado claro se era para todas em geral, ou para todas que houvesse vaga.

Quanto aos projetos pedagógico e arquitetônico, Bezerra explica que eles estão em andamento para elaboração, mas sem prazo para conclusão.

– Na parte interna do colégio já temos banheiros adaptados e acessos facilitados. O principal problema está na área externa. Temos que esperar o projeto sair do departamento de arquitetura da universidade – explica.

O Colégio de Aplicação foi criado em 1961 para servir de campo de estágio nos cursos da Faculdade Catarinense de Filosofia. Os alunos que frequentavam a instituição eram filhos de professores e servidores técnico-administrativos da universidade. Em 1992 foi aberto a toda a comunidade. Hoje, tem 950 alunos, sendo 45 estudantes com algum tipo de deficiência divididos entre o ensino fundamental e médio.



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Geral	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Professores da APAE Joinville fazem protesto	<b>Pág:</b> 24

# SEM SALÁRIO

## Professores da Apae fazem protesto

Joinville

MARIANA PEREIRA

Professoras admitidas em caráter temporário (ACTs) que atuam na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Joinville realizaram uma manifestação na manhã de ontem contra a falta de pagamento.

Elas deveriam ter recebido o salário em 28 de fevereiro, mas devido ao grande volume de contratações neste período, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) explica que não conseguiu lançar todos os pagamentos a tempo.

Das 33 professoras (ACTs) da Apae de Joinville, oito receberam o salário no dia 7, quando foi gerada uma primeira folha de pagamento suplementar. Mas para as outras 26 professoras ainda estão aguardando.

De acordo com a gerente de recursos humanos da FCEE, Jennifer Teodósio, a segunda folha suplementar foi rodada no dia 14 deste mês, e o pagamento deve estar na conta destes professores até hoje.

– No ano passado, a folha foi paga no dia 21, e a folha suplementar só rodou no dia 9, com 17 dias de atraso, e não houve paralisação do trabalho – relatou Jennifer, que pediu a compreensão dos professores.



Manifestação foi contra atraso do pagamento, que deveria ter sido dia 28





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** – site: <http://www.sed.sc.gov.br>  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO** - e-mail: [imprensa@sed.sc.gov.br](mailto:imprensa@sed.sc.gov.br); Contato: 3221 6161

<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Continente	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Distribuição de - A ponte sumiu! - Rede pública Palhoça.	<b>Pág:</b> 2

A secretária de Educação de Palhoça, Jocenele Silveira dos Santos, recebeu do Estaleiro Schaefer Yachts 130 exemplares do livro infanto-juvenil *A Ponte Sumiu!*, de Carlos Stegemann e Zé Dassilva (PalavraCom Editora). A ideia é distribuí-los em todas as instituições de ensino fundamental da rede pública do município.



<b>Veículo:</b>	Notícias do Dia	
<b>Editoria:</b>	Cidade	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Governo aposta no diálogo	<b>Pág:</b> 8

# Governo aposta no diálogo

**Negociação. Objetivo é chegar ao acordo com professores e evitar prejuízo aos estudantes**

**ALINE TORRES**

[aline.torres@noticiasdodia.com.br](mailto:aline.torres@noticiasdodia.com.br)

@alinetorres\_ND

**FLORIANÓPOLIS** — O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, está aguardando a contraproposta dos professores. “Queremos dialogar, sem radicalismo, para que os estudantes não sejam prejudicados”, afirmou Deschamps. Na rede estadual, 640 mil estudantes dependem de um acordo

para que as aulas não sejam paralisadas, como na tarde de ontem, quando 50% dos docentes se reuniram em assembleia na Capital do Estado.

A preocupação do secretário é em função da greve do ano passado, que perdurou por 62 dias e fez com que as aulas se estendessem até o dia 6 de janeiro deste ano, para o cumprimento legal do ano letivo. “Não podemos esquecer que a educação é um direito”, salientou o

representante da pasta.

O embate entre os professores e governo é em referência ao piso salarial. “O governo cumpre a lei do piso. Mas há uma confusão com o ajuste salarial”, explicou Deschamps. E complementou: “No dia 27 de fevereiro deste ano, foi aprovado um reajuste. Por isso, nos meses de janeiro e fevereiro os professores receberam o valor antigo. Mas esse valor será acertado, inclusive o retroativo”, garantiu.

Se a folha for reajustada imediatamente, com 22,22% de aumento aprovado para o piso nacional, e o índice for repassado aos 60.861 professores, o governo gastará R\$ 34 milhões por mês.

Para que o impacto nos cofres públicos seja amenizado, o governo propôs três parcelas de pagamento: 8% neste ano, e um valor de 14,22% dividido entre 2013 e 2014. Os docentes recusaram a oferta e entrega-

rão uma nova proposta ao Estado até o fim do mês. Se não houver um acordo, no dia 17 de abril inicia a greve.

Hoje começa, nas 1.308 escolas estaduais, a Operação Tartaruga, onde o tempo das aulas será diminuído. Cada regional decidirá a duração da aula, que irá variar de 15 a 45 minutos. O secretário garantiu que “a Operação Tartaruga será avaliada como prioridade, se vier a acontecer”.



<b>Veículo:</b>	Notícias do Dia	
<b>Editoria:</b>	Cidade	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Paralisação afeta as crianças	<b>Pág:</b> 8

## Paralisação afeta as crianças

Aos nove anos, Larissa de Souza Corrêa está na 4ª série. Adora matemática e é ciumenta com seus materiais escolares, principalmente com o caderno cor-de-rosa. Na última página do caderno está colada uma anotação da professora, comunicando a paralisação. Ela estuda na Escola Estadual Leonor de Barros, no bairro Itacorubi, em Florianópolis. Consciente, a menina disse ter receio de não aprender tudo o que lhe é de direito.

Ao lado de Larissa, a pequena Ana Carolina de Souza, 4, também não foi à escola, deixando preocupada a mãe e avó das meninas, a dona de casa Rosana de Souza Corrêa, 40. “Ficamos preocupados depois da greve de dois meses que aconteceu no ano passado”, disse Rosana, que não entende o porquê de tantas paralisações. “Acho que ninguém pensa no quanto as crianças são prejudicadas”, completou Rosana, que precisa manter em casa, quando não há aula, as duas filhas, a neta e o irmão, que tem deficiência mental e depende dos atendimentos da Apae.

Pai de uma aluna do 2º ano do ensino médio, o aposentado José Manoel da Silveira, 65, também está preocupado com os estudos da filha. “Mesmo que digam que vão repor as aulas, sei que não é a mesma coisa. Os professores não estão motivados”, contou. (Saraga Schiestl)



### RISCO

Pais e alunos temem nova greve estadual e lembram os 62 dias sem aula no ano passado



<b>Veículo:</b>	Notícias do Dia	
<b>Editoria:</b>	Cidade	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Salas de aulas ficam vazias em Florianópolis	<b>Pág:</b> 8

## Salas de aula ficam vazias em Florianópolis

Corredores, salas e pátios ficaram vazios durante todo o dia de ontem. Na Escola Estadual Henrique Stodiek, no Centro de Florianópolis, a direção conseguiu organizar uma turma durante a manhã, que teve aulas apenas até as 10h. Os outros alunos foram dispensados.

Na escola, a situação se complica ainda mais. Afinal, boa parte dos alunos não estuda nos arredores do colégio. Muitos se deslocam de cidades vizinhas, como

São José, Biguaçu e até Governador Celso Ramos. Segundo a direção, muitos estudantes preferem ficar em casa no lugar de correr o risco de pagar passagem e não ter aula.

Na Escola Estadual Leonor de Barros, onde estuda Larissa de Souza Corrêa, 9 anos, os alunos foram dispensados pela manhã, para que os professores fizessem atividades pedagógicas. Para a tarde, a justificativa utilizada foi a assembleia da categoria.



<b>Veículo:</b>	Notícias do Dia	
<b>Editoria:</b>	Região	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	“Olhar São José” beneficia alunos	<b>Pág:</b> 13

# “Olhar São José” beneficia alunos

**Projeto.** Estudantes da rede municipal poderão realizar exames e ter acesso a óculos gratuitos

**SÃO JOSÉ** — Estudantes das escolas municipais de São José, e que tenham algum tipo de problema oftalmológico, poderão realizar, a partir deste ano, exames e fazer óculos gratuitamente. Isso porque está sendo implantado o Projeto Olhar São José (em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde) para identificar e corrigir problemas visuais. O projeto vai atender alunos matriculados nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ano a 9º ano) do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São José.

De acordo com a autora do

Projeto de Lei, vereadora Méri Hang, os alunos passarão a receber o atendimento oftalmológico no início do ano letivo de 2012. “Queremos que todas as crianças tenham acesso ao ensino de qualidade, por isso, os problemas de visão precisam ser resolvidos para que não tenham déficit de atenção”.

A vereadora explica que as crianças dos 1º e 2º anos serão atendidas preferencialmente, porque é nessas séries que são identificados os maiores índices de pro-

blemas de visão. “Se cuidarmos das crianças mais novas, em poucos anos teremos todas elas atendidas”.

Quanto aos estudantes de séries mais avançadas e que têm dificuldade de enxergar, Méri garantiu que eles também serão atendidos. “Crianças estudantes de outras turmas do ensino municipal e que tenham o problema diagnosticado, também terão direito de ganhar os óculos”, concluiu Méri Hang.



## VISÃO

Projeto Olhar São José foi apresentado pela vereadora Méri Hang na Câmara Municipal

## Os primeiros óculos de Jaqueline

A estudante Jaqueline Sara Rodrigues Nunes, de 10 anos, está cursando em 2012 a 5ª série e neste ano conseguirá ter o par de óculos que necessita usar desde pequena. “Ela nasceu prematura, com apenas seis meses, e o médico já havia nos alertado que poderia ter problemas de visão”, comenta o pai de Jaqueline, o vendedor Adelar Antônio Nunes.

“Tenho que ficar sentada nas primeiras carteiras, bem próximo ao quadro porque tenho muita dificuldade de enxergar. Meus olhos ardem e às vezes tenho dor de cabeça”, relata a menina. “Desde pequena ela tem essa dificuldade, mas nunca tivemos condições de pagar pelos óculos. Agora ficamos felizes de saber que o problema será resolvido, afinal, é a saúde de nossa filha que está em jogo”, diz a mãe da estudante, a dona de casa Marli Freitas Rodrigues Nunes.



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Cacau Menezes	<b>Data:</b> 16/3/2012
<b>Assunto:</b>	Riqueza e educação	<b>Pág:</b> 43

## Riqueza e educação

**P**aís rico, às vezes, é país pouco educado. Pelo menos é o que aparece em recente estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que mostra que nações com menos recursos naturais investem mais no ensino e valorizam capacidades e conhecimentos do povo. Em artigo recente no jornal *The New York Times*, publicado no Brasil pelo *O Estado de S. Paulo*, o escritor Thomas Friedman exemplifica com o caso de Taiwan, “uma rocha nua em um mar repleto de tufões e sem recursos naturais pra sobreviver”, pois importa até cascalho e areia da China. No entanto, a pequena ilha tem a quarta maior reserva financeira do mundo. “Porque em vez de escavar a terra e minerar o que quer que encontre embaixo dela, Taiwan cultiva seus 23 milhões de habitantes, seu talento, energia e inteligência – homens e mulheres, indistintamente.

Para o escritor, que é também colunista do *The New York Times*, “se quisermos saber qual será o desempenho de um país no século 21, não deveremos contar seus recursos de petróleo ou suas minas de ouro, mas seus professores extremamente eficientes, pais zelosos e estudantes aplicados”.

Enquanto isso, no Brasil, professores precisam ir novamente à greve para garantir o direito de ganhar R\$ 1.451. Assim, não vamos longe.